

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005276-58.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **EDILSON TEIXEIRA**
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz CPFL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

Edilson Teixeira ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais contra **Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL** alegando, em síntese, que a partir do início de 2013, desfez-se de maquinário, utilizado para fabricação de fralda infantil e conservação de alimentos perecíveis, diminuindo então o consumo de energia elétrica, daí a solicitação de reversão do trifásico para manutenção comum. Funcionários da requerida realizaram vistoria e detectaram irregularidade no fornecimento de energia elétrica. O relógio foi trocado. O autor assinou documentação sem ler, baseado na confiança e no que foi dito pelos funcionários. Lavrou-se Termo de Ocorrência de Irregularidade – TOI, impondo-se cobrança de R\$ 25.140,76, que o autor não aceita. Discorre sobre o direito e jurisprudência aplicáveis. Pede indenização por danos morais, em razão de todos os aborrecimentos decorrentes das cobranças indevidas e ameaça de corte do serviço de natureza essencial. Pleiteia também a declaração de inexigibilidade da cobrança, abstendo de suspender o serviço e de incluir o nome do autor em cadastros de inadimplentes. Juntou documentos.

Deferiu-se a gratuidade processual e antecipação de tutela para que a ré se absteresse de suspender o fornecimento de energia na residência do autor, em razão do TOI nº 713844104.

A ré foi citada e contestou alegando, em suma, que o procedimento adotado encontra apoio nas normas ditadas pela Resolução 414/2010 da Aneel, encontrando-se irregularidades como se vê do TOI em questão, tendo a inspeção ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2014. O consumidor foi informado, inclusive do recurso administrativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Apurou-se diferença devida entre o período de agosto de 2010 a fevereiro de 2014 e, com base no cálculo da média de consumo, efetuou cobrança administrativa das diferenças. A adulteração decorreu de ato humano. Informou que, ao realizar a inspeção, os funcionários substituíram o medidor adulterado e encaminharam para avaliação técnica na empresa Potencial Manutenção e Comércio de Equipamentos Ltda, que elaborou Relatório de Avaliação Técnica. O consumidor foi avisado desta avaliação, ocorrida em 25 de abril de 2014. Defende que houve redução considerável do consumo de energia a partir de agosto de 2010 até o procedimento de verificação. A cobrança, entretanto, restringiu-se ao período de março de 2011 a fevereiro de 2014, no valor de R\$ 25.127,65, segundo os critérios regulamentares. Discorre sobre as questões de direito. Impugna o pedido de indenização, pede a revogação da antecipação de tutela e, ao final, a improcedência dos pleitos. Pelos mesmos fundamentos, apresentou reconvenção, postulando a condenação do autor ao pagamento dessa quantia, com os consectários legais. Juntou documentos.

O autor, agora reconvinde, apresentou réplica à contestação e contestou a reconvenção, argumentando, em síntese, que assinou Termo de Ocorrência e Inspeção, e não de Irregularidade, tendo sido induzido a erro. Argumenta que não foi permitido o regular exercício do direito à ampla defesa. Sequer boletim de ocorrência foi elaborado. Questiona a substituição do relógio medidor. Impugna o TOI e os cálculos da ré, agora reconvinte. Defende a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Pede a improcedência da reconvenção.

A ré-reconvinte apresentou réplica à contestação do autor-reconvindo.

Partes inconciliadas em audiência.

Reputou-se necessária a realização de perícia. O laudo foi apresentado e as partes se manifestaram.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido deve ser julgado improcedente.

O ponto nevrálgico da controvérsia reside na aferição da validade do procedimento adotado pela concessionária com o objetivo de verificar a irregularidade no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

medidor de consumo instalado junto ao imóvel do autor, fato que segundo a prestadora de serviços gerou alteração na constatação do efetivo consumo realizado, devendo ser imposto ao autor o pagamento das diferenças apuradas, sob pena de enriquecimento sem causa.

É certo que a lavratura do Termo de Ocorrência e Inspeção, por si só, não serve para atestar a existência de eventual fraude, pois se trata de procedimento administrativo despido do contraditório e ampla defesa, o que confere a ele apenas presunção relativa de veracidade.

Nesse cenário, a concessionária de serviços, constatando irregularidade dessa envergadura, deve adotar os procedimentos traçados na Resolução 414/2010, da Aneel, em especial aquelas descritas no artigo 129, que assim regulamenta a questão:

Art. 129. Na ocorrência de indício de procedimento irregular, a distribuidora deve adotar as providências necessárias para sua fiel caracterização e apuração do consumo não faturado ou faturado a menor. § 1º A distribuidora deve compor conjunto de evidências para a caracterização de eventual irregularidade por meio dos seguintes procedimentos: I – emitir o Termo de Ocorrência e Inspeção – TOI, em formulário próprio, elaborado conforme Anexo V desta Resolução; II – solicitar perícia técnica, a seu critério, ou quando requerida pelo consumidor ou por seu representante legal; III – elaborar relatório de avaliação técnica, quando constatada a violação do medidor ou demais equipamentos de medição, exceto quando for solicitada a perícia técnica de que trata o inciso II; IV – efetuar a avaliação do histórico de consumo e grandezas elétricas; e V – implementar, quando julgar necessário, os seguintes procedimentos: a) medição fiscalizadora, com registros de fornecimento em memória de massa de, no mínimo, 15 (quinze) dias consecutivos; e b) recursos visuais, tais como fotografias e vídeos. § 2º Uma cópia do TOI deve ser entregue ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, no ato da sua emissão, mediante recibo. § 3º Quando da recusa do consumidor em receber a cópia do TOI, esta deve ser enviada em até 15 (quinze) dias por qualquer modalidade que permita a comprovação do recebimento. § 4º O consumidor tem 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do TOI, para informar à distribuidora a opção pela perícia técnica no medidor e demais equipamentos, quando for o caso, desde que não se tenha manifestado expressamente no ato de sua emissão. § 5º Nos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

casos em que houver a necessidade de retirada do medidor ou demais equipamentos de medição, a distribuidora deve acondicioná-los em invólucro específico, a ser lacrado no ato da retirada, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, e encaminhá-los por meio de transporte adequado para realização da avaliação técnica. § 6º A avaliação técnica dos equipamentos de medição pode ser realizada pela Rede de Laboratórios Acreditados ou pelo laboratório da distribuidora, desde que com pessoal tecnicamente habilitado e equipamentos calibrados conforme padrões do órgão metrológico, devendo o processo ter certificação na norma ABNT NBR ISO 9001, preservado o direito de o consumidor requerer a perícia técnica de que trata o inciso II do § 1º. § 7º Na hipótese do § 6º, a distribuidora deve comunicar ao consumidor, por escrito, mediante comprovação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, o local, data e hora da realização da avaliação técnica, para que ele possa, caso deseje, acompanhá-la pessoalmente ou por meio de representante nomeado. § 8º O consumidor pode solicitar, antes da data previamente informada pela distribuidora, uma única vez, novo agendamento para realização da avaliação técnica do equipamento. § 9º Caso o consumidor não compareça à data previamente informada, faculta-se à distribuidora seguir cronograma próprio para realização da avaliação técnica do equipamento, desde que observado o disposto no § 7º. 10. Comprovada a irregularidade nos equipamentos de medição, o consumidor será responsável pelos custos de frete e da perícia técnica, caso tenha optado por ela, devendo a distribuidora informá-lo previamente destes custos, vedada a cobrança de demais custos. § 11. Os custos de frete de que trata o § 10 devem ser limitados ao disposto no § 10 do art. 137.

Portanto, havendo indício de fraude, deve a concessionária solicitar perícia ou realizar avaliação técnica no respectivo medidor, para que então, uma vez tecnicamente comprovada a irregularidade na medição, seja possível a cobrança da tarifa inclusive das diferenças entre o valor faturado e aquele efetivamente devido, nos termos do artigo 130 da mesma Resolução.

No caso em apreço, a concessionária agiu com acerto.

De fato, foi lavrado o Termo de Ocorrência e Inspeção, no qual consta expressamente, no campo observações, a irregularidade encontrada pelos funcionários da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

empresa. E o autor assinou o documento, vindo a ter plena ciência. Não colhe a argumentação de que foi induzido a erro ou assinou de boa-fé. Trata-se de notificação simples, que se limitou a deflagrar o procedimento de apuração do ilícito. Pouco importa a nomenclatura, isto é, se TOI significa Termo de Ocorrência de Irregularidade ou de Inspeção, pois relevante destacar é o procedimento da concessionária, que no caso foi lícito e transparente. E isto se reforça em razão da condição de empresário do autor, ou seja, trata-se de pessoa minimamente preparada e ciente de suas responsabilidades básicas (conferir documentos de fls. 69 e 70).

Além disso, a ré cientificou o autor, em documento apartado, acerca da realização de avaliação técnica do medidor, cumprimento, de igual modo, os termos da Resolução Normativa nº 414/2010, acima parcialmente reproduzida (fl. 71). Por isso, é inconsistente a alegação de que o autor não teve elementos ou oportunidade para apresentar defesa na esfera administrativa.

Ademais, o Relatório de Avaliação Técnica positiva com segurança a irregularidade apontada, pois o medido examinado apresentava anomalia, causando registro abaixo dos limites permitidos (fl. 72), daí o acolhimento que se há de operar em relação ao cálculo, respeitados os parâmetros da aludida Resolução Normativa, como do detalhamento apresentado pela ré (fls. 74/76).

E para espantar qualquer dúvida acerca da lisura do procedimento administrativo de verificação de irregularidade no medidor de consumo de energia elétrica instalado na residência do autor, o perito judicial, em excelente trabalho, apresentou conclusões que dão integral guarida à pretensão da ré-reconvinte.

Em resumo, o *expert* concluiu: a) houve brusca redução a partir do mês de agosto de 2010, o que se revelou incompatível com o consumo da máquina de fabricação de fraldas; b) o comportamento de consumo da unidade era incompatível com o registro do "mínimo de fase" no mês de agosto de 2010; c) há diferenças estatisticamente significativas entre as médias de consumo no período imediatamente anterior em comparação com o período imediatamente posterior à substituição do medidor antigo pelo novo; d) a ocorrência relatada no TOI, assim como as observações do Relatório de Avaliação Técnica e seu parecer final são perfeitamente compatíveis com as conclusões do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

laudo pericial judicial; e) houve faturamento incorreto, embora não haja elementos para assentar ter havido "carga corrente contínua injetada de maneira intencional no ramal de entrada sem violar os devidos lacres"; f) o medidor de energia nº 302337822 (antigo) se comportava de forma anômala, causando registro de consumo de energia elétrica diferente do efetivamente consumido pela unidade consumidora 38637740 (novo).

Portanto, impõe-se desacolhimento do pedido inicial e, como consequência, a procedência do pedido deduzido na reconvenção, pois os cálculos estão corretos e visam à recomposição das despesas não pagas pelo autor, uma vez positivado consumo registrado inferior ao efetivamente consumido.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido inicial e procedente a reconvenção, para condenar o autor-reconvindo a pagar à ré-reconvinte R\$ 25.127,65 (vinte e cinco mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos), com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do vencimento de cada obrigação, e juros de mora, de 1%, contados da citação, revogando-se a tutela de urgência e extinguindo-se os processos, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno o autor-reconvindo ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitada a gratuidade processual a ele deferida, de acordo com o artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 26 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**